

Demanda Agência Lupa – Promessas de campanha

1. Políticas públicas de incentivo à contratação de mão de obra da terceira idade, em trabalhos específicos.

Quais ações feitas nesse sentido?

Em 2017, foi realizada uma grande feira de oportunidades de emprego no Largo Glênio Peres em ação conjunta da SMDSE e SMDE, onde foram incluídas vagas para a 3ª idade. Durante três dias, foram cadastrados e entrevistados vários perfis de trabalhadores, especialmente imigrantes, idosos, jovens e pessoas com deficiência. O Sine Municipal, em parceria com o Sebrae-RS, também realizou ações de qualificação à terceira idade.

No novo texto do Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre há a proposta de um projeto de lei específico para a inserção de idosos no mercado de trabalho; a realização de data especial mensal para atendimentos específico de idosos com vagas captadas junto a empresas exclusivamente para idosos, no Sine Municipal e programas especiais:

Qualificação:

- Cursos de qualificação (destino de 10% das vagas)

- Rodas de conversa - Uma vez por mês seminários – foco na preparação para o mercado de trabalho e temas afins.

2. Ampliar os Núcleos de apoio a Saúde da Família (Nasf), conforme as normas do Ministério da Saúde.”

De acordo com nossa checagem, comparando o segundo quadrimestre de 2020, 2019, 2018 e 2017, o número de Nasf diminuiu.

A cobertura de equipes de Saúde da Família foi ampliada de 48% para 58%, e teve aumento de 30% no número de consultas médicas anuais e de 50% de consultas de enfermagem. A equipe da Secretaria de Saúde tem avaliado que, na existência de necessidade de ampliação das equipes focadas nas questões de Saúde Mental de adultos e de crianças, é mais vantajoso o redirecionamento dos profissionais dos NASFs para as equipes de saúde mental infantil e de adultos. Para isso a Prefeitura destinou profissionais das equipes incompletas de NASFs para estes serviços, dando mais efetividade na solução dos problemas das pessoas e ampliando o financiamento das equipes de saúde mental junto ao Ministério da Saúde. Conseqüentemente, e trabalhando com a realidade do serviços, houve um ajuste no número de equipes de NASFs. Além disso, os demais profissionais que compunham o NASF foram aproveitados aumentando a oferta de consultas deles em sua carga horária, trazendo mais efetividade no atendimento - o modelo anterior favorecia que as equipes passassem a maior parte do tempo em reuniões e discussões de caso, com pouca oferta de agenda. Hoje os profissionais têm compromisso na agenda, com isso o foco do atendimento é o paciente.

3. Ampliaremos a extensão e melhoraremos a qualidade do Plano Cicloviário, tornando os trajetos ciclísticos integrados e seguros.”

De acordo com nossa checagem, foram 11 km novos. No entanto, o número é menor em comparação à gestão passada.

- 54 km de infraestrutura cicloviária em Porto Alegre até out 2020;
- 11 km de infraestrutura cicloviária desde o início da gestão Marchezan;
- 43,9 km até o início da gestão Marchezan;
- A finalização das ciclovias da Ipiranga, da Aureliano e Mauá, em maio 2020, resultou em 54 km;
- O trecho de 1.000 metros em implantação (junho) na Siqueira Campos resultou em 55 km; 11 km na atual gestão;

A iniciativa integra as ações do MobiliPOA, o programa de mobilidade que organiza e disciplina os diferentes modais de transporte e circulação da capital gaúcha.

RESUMO ANO A ANO - KM DE CICLOVIAS GESTÃO MARCHEZAN - (em metros) 24 JUN 20

4.400 (2020) + 2.500 (2019) + 2.650 (2018) + 450 (2017) = 10.000

2020

700 = av. Mauá

200 = av. Getúlio Vargas

1700 = av. Ipiranga (av. Salvador França até av. Cel. Lucas de Oliveira)

1300 = av. Aureliano de Figueiredo Pinto

500 = rua Eng. Luiz Englert e av. Paulo Gama

1000 = rua Siqueira Campos

São 5.400 m implantados em 2020

2019

650 = rua João Alfredo

350 = av. Voluntários da Pátria - DC Navegantes até Nova Ponte do Guaíba

500 = av. Goethe

1000 = av. Nilo Peçanha - r. Carazinho até av. Carlos Gomes

Total = 2.500 m

2018

650 = av. Goethe (entre rua Liberdade e Mostardeiro)

400 = av. Joaquim Porto Vilanova

350 = av. Ipiranga (entre Silva Só e Alcides Cruz)

650 = av. Ipiranga (entre Alcides Cruz e Lucas de Oliveira)

600 = Nestor Ludwig (rua A)

Total = 2.650 m

2017

450 = av. Nilo Peçanha (entre a rua Tomaz Gonzaga e Al. Sebastião de Brito)

Total = 450 m

Além disso, houve a incorporação das ciclovias em alterações viárias realizadas para priorização do transporte coletivo, junto a algumas Faixas Exclusivas. Nesses locais, que somam 13,5 km, foram implantadas novas infraestruturas viárias com ciclovias, além das Faixas Exclusivas e ampliação de espaço para pedestres, o que segue o conceito de mobilidade urbana chamado Ruas Completas.

Demais ações implementadas na mobilidade urbana:

O transporte coletivo é uma prioridade na gestão atual. Desde 2017 diversas ações foram realizadas para qualificar o serviço e, com isso, atrair mais usuários. As primeiras foram a intensificação do planejamento da operação, com a otimização de linhas, o que deu mais eficiência e reduziu o custo do sistema, e a revisão das gratuidades, com 50% de desconto na segunda passagem e adequação da legislação dos idosos à legislação federal. Sem essas medidas a passagem hoje seria R\$ 0,74 mais cara na capital gaúcha. Impacto da racionalização na tarifa foi de R\$ 0,49, no desconto de 50% na segunda passagem (estudantes continuam com 100%) foi de R\$ 0,20 e a adequação dos idosos R\$ 0,05 (isentos a partir dos 65 e não 60 anos, sem retirar o benefício para quem adquiriu até a entrada em vigor da nova lei).

Foi enviado à Câmara de Vereadores nove projetos de lei para priorização do transporte coletivo chamado Transporte Cidadão. Desses, cinco aguardam votação desde janeiro deste ano. Se todos fossem aprovados a estimativa em 2021 seria de passe livre para todo trabalhador formal, passagem d no máximo R\$ 2,00 para cidadão em geral e R\$ 1,00 para estudantes (hoje a tarifa de porto Alegre é R\$ 4,70).

Faixas Exclusivas – foram implantados mais de 22km de Faixas Exclusivas para o transporte público, 130% a mais em relação aos 17km existentes no início da gestão (que foram instalados nos últimos 40 anos). As linhas beneficiadas têm ganho médio de 25min no tempo de deslocamento.

Foi instalado GPS em 100% da frota e, com isso, foi possível disponibilizar aos usuários um aplicativo que informa, em tempo real, a localização dos ônibus e estima o horário que ele chega na parada desejada.

Uma força-tarefa com a Delegacia Especializada em Roubos e Furtos no Transporte Coletivo resultou em queda de 78% no índice de assaltos, o menor dos últimos 15 anos.

A instalação de reconhecimento facial para o uso do Cartão TRI, como é chamado o cartão do transporte coletivo de Porto Alegre utilizado também para pagamento e isenções, resultou em menos fraudes que oneravam o sistema.

Transporte coletivo sustentável

A substituição da matriz energética do transporte público de Porto Alegre está no radar da Prefeitura de Porto Alegre. No entanto, as formas de financiamento para este tipo de veículo e incertezas referentes à tecnologia, ainda considerada nova, como o custo de manutenção, durabilidade bateria, necessidade de investimento para o fornecimento de energia, entre outros, inviabilizam atualmente a adoção da proposta.

Para incentivar o uso de energia limpa foi sancionada, em 2018, a Lei Municipal (nº 12.422/2018) que rege as normas do serviço público do transporte por ônibus, e estabelece uma vida útil maior, de até 15 anos, para os veículos que utilizem combustível diferente do diesel.

4 e 5. Garantir acesso da população às creches, descentralizando-as e tornando-as mais próximas das residências das famílias e locais com grande fluxo de trabalhadores.

Estou aguardando dados de creches novas e vagas. Segundo o Censo do Inep, o número de matrículas em creches foi menor em relação a 2016, antes de Marchezan assumir.

- Como foi executada a proposta de descentralização de creches? Quantas novas unidades foram construídas e em quais bairros?

- Qual foi o número de vagas ofertadas para crianças de 4 a 5 anos em 2020? Consegues mostrar um comparativo da oferta desde o primeiro ano da gestão?

- O número de vagas dialoga com a demanda? Como a SME identifica esses gargalos?

A expansão do atendimento em Educação Infantil ocorreu por meio do fortalecimento da rede pública não estatal, formada por 207 escolas comunitárias, que recebem recursos da Prefeitura para a prestação do serviço e que tiveram aumento de 81% no repasse do valor por aluno. Foram lançados pelo menos 21 editais de chamamento público para busca de parceiros (Organizações da Sociedade Civil). Esse movimento resultou na abertura de 3,5 mil novas vagas e em outras quatro mil que estão com editais abertos até novembro para oferta por parceiros. Os parceiros podem ocupar prédios próprios ou da Prefeitura. A oferta é diretamente relacionada à demanda manifesta.

A celebração de termos de parceria ocorre para todas as regiões da cidade.

ANO VAGAS

2016 3.776

2017 3.816

2018 4.333

2019 4.591

2020 4.908

Fonte: SIE/RME - Resumo do processo de inscrição e demanda do processo

Data referência: 30/10 de cada ano

6. Acelerar a transição dos transportes públicos para energia limpa e ampliar o investimento nos modais de alimentação elétrica.

Não localizamos nenhuma informação que detalhe iniciativas. Aguardando retorno.

Foram feitos testes em Porto Alegre em 2016 e acompanhamos a evolução da tecnologia dos ônibus elétricos no Brasil. No modelo atual com financiamento do transporte só pela tarifa, o preço dos ônibus elétricos no Brasil ainda é proibitivo. Os veículos custam cerca de três vezes mais que um convencional e as baterias também oneram muito a operação. Caso o Projeto Transporte Cidadão seja aprovado, haverá espaço para utilizar essa tecnologia sem onerar o cidadão que anda de ônibus e paga a tarifa.

Para os automóveis, estamos em tratativas com a beep beep para que eles possam fazer um teste de carros elétricos compartilhados no âmbito do decreto da inovação. Porém, a pandemia alterou o cronograma de expansão da empresa.

7. Criar, em conjunto com o governo do Estado, uma rede de proteção às mulheres.

Sei que foi criada uma rede municipal, mas não localizei informações específicas. Podes me passar?

Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência no Município.

A Prefeitura de Porto Alegre passa a integrar este o Comitê Interinstitucional, que tem como foco aperfeiçoar a rede de monitoramento de casos de violência no Município, visando minimizar os riscos e aumentar a segurança das vítimas, disponibilizando sistema integrado no Município que possibilitem o monitoramento, tanto do agressor como da vítima, contemplando o uso e cruzamento de tecnologias existentes, até Políticas Protetivas com foco no agressor (integração de indicadores) 2020/2021.

Base no Decreto nº 55.430/ 2020 que institui Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Ações em andamento:

- Criação do Fluxo de atendimento e avaliação de risco para monitoramento de casos de violência doméstica (adoção de ações e diferentes instrumentos, conforme condições de monitoramento e nível de controle):
- Monitoramento da vítima;
- Monitoramento do agressor (zoneamento)
- Monitoramento de ambos (vítima e agressor)

ENTREGAS

AÇÕES EM ANDAMENTO:

- Abrigo Casa Lilás

Organização parceirizada com a FASC

Acolhe mulheres com filhos em situação de vulnerabilidade social

40 vagas

- Casa de Apoio Viva Maria

11 vagas para mulheres + crianças

A Casa de Apoio Viva Maria é um abrigo protegido para mulheres em situação de violência doméstica e sexual, em risco de vida e/ou de novo episódio de agressão grave. Localizada em Porto Alegre, pertence ao programa municipal de albergues para mulheres vítimas de violência. Foi inaugurada em setembro de 1992, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Além de moradia, a Casa de Apoio Viva Maria oferece um programa de assistência integral, onde são desenvolvidas ações de saúde, apoio psicológico, social e jurídico, orientação ocupacional e pedagógica, visando à proteção à integridade física e psicológica da mulher e dos filhos em situação de violência doméstica. O programa visa a melhorar a autoestima destas mulheres, ajudando-as a reiniciar suas vidas em melhores condições e sem violência.

A casa de apoio já atendeu mais de 2,4 mil mulheres vítimas de violência doméstica na Capital.

- Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cram)

Orientação, acolhimento e acompanhamento psicológico, social, jurídico, às mulheres em situação de violência.

2017: 1.539 atendimentos

2018: 1.615 atendimentos

2019: 2.403 atendimentos

2020: atendimento mantido na pandemia e até setembro foram atendidas 854 mulheres.

Atendimento interdisciplinar para mulheres em vulnerabilidade, vítima de violência, cujo objetivo é promover a ruptura da situação de violência e o empoderamento feminino frente à violência de gênero.

O Centro de Referência é o espaço estratégico da Política Municipal de Enfrentamento à violência contra as mulheres e visa à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar (psicológico, social e jurídico).

8. “Facilitar a abertura e o fechamento de empresas.”

Não localizei informações que comprovem essa proposta.

A partir de 2017, com os incentivos e a desburocratização promovidos na gestão Marchezan, os negócios do município passaram a crescer e tiveram aumento expressivo a cada período, como mostram os dados:

- 7.433 (2017);
- 25.285 (2018) – um salto de 240,17%;
- 29.548 (2019);
- 22.484 (2020 – de janeiro a setembro).

(Fonte: Junta Comercial do RS)

Desde 2017, a gestão Marchezan, por meio da Sala do Empreendedor, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), adotou uma série de ações para desburocratizar o processo de abertura de empresas em Porto Alegre. Entre elas, destaca-se a revisão de fluxos e retirada de exigência de documentos em duplicidade e cópias autenticadas. Com isso, o tempo médio para análise dos pedidos de viabilidade para abertura de empresas caiu de 20 dias (2017) para apenas dois (2018).

Também foi reduzido o tempo médio para abertura de empresas: até 2017 abrir uma empresa em Porto Alegre levava em média 41 dias. Nos anos seguintes, esse tempo foi diminuindo e, em 2020, é possível abrir em apenas cinco dias. Para negócios de baixa complexidade, já é possível obter o alvará em um único dia.

9. Revitalização dos equipamentos culturais

Podem listar quais foram revitalizados na gestão atual?

- Centro Cultural Multimeios Restinga - ocupa o antigo Estúdio Multimeios, que foi reformado e passou para a administração da Secretaria Municipal da Cultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE). Adaptado às novas atividades, o espaço conta com sala de informática com acesso à internet, biblioteca e local para exposições. Ações nas áreas de dança, teatro, artes visuais, circo, capoeira, cinema, fotografia, música, poesia, informática e eventos populares montam um mosaico cultural à disposição da comunidade.

- Teatro Renascença e sala Álvaro Moreyra – melhorias e climatização das salas de espetáculo

- Auditório Araújo Vianna e Teatro de Câmara Túlio Piva - Concessão do Araújo Vianna e Teatro Túlio Piva prevê investimento de R\$ 6,7 milhões. Reformas em curso. Entre as obrigações do permissionário, estão obras na cobertura, instalação de equipamentos, restauração da esplanada de acesso ao Auditório, execução de passeio frontal e acesso ao pátio de serviço. No Teatro Túlio Piva, estão previstas também reformas e instalação de equipamentos de som e iluminação. O concessionário é responsável ainda pela gestão e manutenção predial das duas casas - incluindo administração, segurança, limpeza, custeio e manutenção.

- Usina do Gasômetro – em processo de reforma: Os investimentos, estimados em R\$ 12,5 milhões, são oriundos do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e de recursos próprios do Município. O

projeto integra a remodelação da Orla do Guaíba e será a maior intervenção realizada nos mais de 90 anos do prédio.

- Centro de Artes e Esportes Unificados da Restinga e Centro de Artes e Esportes Unificados da Lomba do Pinheiro (CEU) - A prefeitura, por meio das secretarias municipais de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim), do Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE) e da Cultura (SMC) realizou as obras do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) da Restinga. A execução do centro, que beneficia cerca de 50 mil pessoas do bairro e das imediações, foi viabilizada por meio de um convênio com o Ministério da Cultura. Já o CEU da Lomba do Pinheiro encontra-se em processo de reforma e também deverá beneficiar 50 mil pessoas do bairro.

- Casa Santa Terezinha - Disponibilização de espaço físico com estrutura e profissionais técnicos para a montagem dos trabalhos artísticos dos grupos de teatro do projeto Usina das Artes.

- Casa do Fumproarte – casarão reformado para abrigar a sede do Fumproarte, administrado com apoio da Sociedade Civil organizada.

- Casa Estrela - A tradicional Casa Estrela, símbolo do patrimônio histórico de Porto Alegre, foi devolvida à comunidade e transformada em centro cultural.

10. “Valorização dos servidores: (...) O comprometimento é resultado da valorização por parte da instituição a que servem.”

Pelo que apuramos servidores se manifestaram contra alguns projetos de lei e a lei complementar de 2019 que mudou a carreira dos funcionários públicos da cidade. Prefeitura gostaria de se posicionar?

Tivemos que ser firmes na gestão financeira e no controle de gastos para mudar a realidade negativa de duas décadas com desequilíbrio nas contas públicas. O cenário incluía dívidas milionárias em conservação de vias, obras da Copa de 2014 paralisadas, débitos com fornecedores e, especialmente, despesas com pessoal de mais de 50% da receita. A máquina pública era inchada (com 37 órgãos) e faltava confiança das instituições financeiras na gestão municipal.

Com a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a rigidez do regime fiscal e o cumprimento rigoroso dos limites prudenciais de gastos deram novo fôlego às contas municipais. Equilibramos despesas e receitas de modo a gerar recursos próprios para investir em saúde, educação, área social, infraestrutura e zeladoria da cidade.